O significado sócio-histórico da profissão

Maria Carmelita Yazbek
Professora da Faculdade de Serviço Social da UNLP/Argentina e da PUC/SP

O significado sócio-histórico da profissão

Introdução

Este texto apresenta alguns elementos para a compreensão das particularidades históricas do processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social na sociedade brasileira, a partir da reconstrução teórica do significado social da profissão na sociedade capitalista. Constituem-se seus objetivos centrais: a análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais, tendo como referência a abordagem de Iamamoto (1995); a explicitação das demandas colocadas socialmente ao Serviço Social e as necessidades sociais a que a profissão busca responder, pelo caráter contraditório da prática profissional; a análise do trabalho profissional do assistente social e de algumas de suas particularidades, como a vinculação histórica com a Assistência Social; a definição legal do Serviço Social como profissão liberal e por fim uma reflexão sobre a profissão nos dias atuais.

Assim sendo, este texto é constituído por quatro partes interligadas e complementares:

1 - Uma análise teórico-metodológica do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais.
2 - O processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social no Brasil.
3 - As demandas e particularidades do trabalho profissional na sociedade brasileira.
4 - Conclusão - A profissão como especialização do trabalho coletivo na atualidade.
Glossário de termos e expressões utilizadas no texto.

1 Uma análise teórico-metodológica do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais

Para uma abordagem do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, partimos da posição de que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social[1] e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares.

Então, um conceito fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista é o conceito de reprodução social que, na tradição marxista, se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nessa perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. Ou seja, a reprodução das relações sociais, "como a reprodução do capital permeia as várias 'dimensões' e expressões da vida em sociedade" (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 65). Dessa forma, a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade.

[1] A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política.

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente re-elaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação.

Esta concepção de reprodução social fundamenta uma forma de apreender o Serviço Social como instituição inserida na sociedade. Inserção que, conforme Iamamoto e Carvalho (1995, p. 73), implica considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes:

- como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional;

- como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais.

Cabe assinalar que estes dois ângulos constituem uma unidade contraditória, podendo ocorrer um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz. É importante também ter presente que o "Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade" (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 75).

Analisar o Serviço Social nesta perspectiva permite, em primeiro lugar, apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Permite também apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social.

Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. Supõe, portanto, também descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar, por um lado, as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional do assistente social e, por outro, o modo como o profissional constroi sua intervenção, atribui-lhe significado, confere-lhe finalidades e uma direção social.

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação.

Questão para reflexão

Como decorrência dessa compreensão da profissão, é possível afirmar o caráter essencialmente político da prática profissional, uma vez que ela se explica no âmbito das próprias relações de poder na sociedade. Caráter que, como vimos, não decorre exclusivamente das intenções do profissional, pois sua intervenção sofre condicionamentos objetivos dos contextos onde atua. No entanto, isso não significa que o assistente social se coloque passivamente diante das situações sociais e políticas que configuram o cotidiano de sua prática, mas porque participa da reprodução da própria vida social é que o Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha. Por isso a possibilidade da profissão colocar-se na perspectiva dos interesses de seus usuários depende da construção de um projeto profissional coletivo que oriente as ações dos profissionais em seus diversos campos de trabalho.

2 O processo de institucionalização e legitimação da profissão no Brasil

Sabemos que a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social.

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão.

Nos anos 30, o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. Ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas buscou enquadrá-la juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais. Como mostra Ianni (1990), o Estado brasileiro transformou a questão social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional.

Terá particular importância, na estruturação do perfil da emergente profissão no país, a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros.

Em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país. O Centro surge após um curso intensivo de "formação social para moças", organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho de 1º de abril a 15 de maio de 1932. A direção desse curso coube à Melle. Adèle de Loneux, professora da Escola Católica de Serviço Social da Bélgica. Com uma programação teórico-prática (que incluía visitas a instituições beneficentes), o curso encontrou grande aceitação entre jovens católicas, que buscaram criar uma associação de ação social. Foi esse o início do Centro, ainda sob a orientação de Melle. De Loneux. As reuniões iniciais do grupo foram acompanhadas pela Arquidiocese de São Paulo, por intermédio do Monsenhor Gastão Liberal Pinto. Em 16 de setembro, é eleita a primeira diretoria do Centro tendo Dona Odila Cintra Ferreira como presidente.

Como se observa, o CEAS é gestado em plena revolução paulista. Era mantido com mensalidades das sócias e tinha como objetivos: difundir a doutrina e a ação social da Igreja.

Essa orientação ocorre em um momento em que a Igreja, como força social, mobiliza o laicato a partir das diretrizes da Rerum Novarum (1891) e do Quadragésimo Anno (1931) encíclicas papais que assumiam um posicionamento antiliberal e antissocialista.

O Centro desenvolve uma programação de cursos sobre filosofia, moral, legislação do trabalho, encíclicas etc. Em 1934, assume a responsabilidade de implantar a Ação Católica em São Paulo (organiza a primeira semana de Ação Católica).

O Centro criou também quatro Centros Operários ainda em 1932. Mais tarde, esses Centros se constituiriam em sedes da Juventude Operária Católica e serviriam como campos de estágio para as alunas do curso de Serviço Social.

Simultaneamente, o CEAS envia à Bruxelas na Bélgica Maria Kiehl e Albertina Ramos para realizar o Curso de Serviço Social. D. Odila já tinha formação social na Escola Normal Social de Paris. Mesclando, portanto, a visão francesa e a visão belga, em 15 de fevereiro de 1936, inaugura-se a primeira escola de Serviço Social no país.

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento.

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social brasileiro têm sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista "aplicá-lo" às necessidades de nosso tempo).

É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social”.

É necessário assinalar que esta matriz encontra-se na gênese da profissão em toda a América Latina, embora com particularidades diversas como, por exemplo, na Argentina e no Chile, onde vai somar-se ao racionalismo higienista (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública, que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral).

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 1940, a avançar tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

As exigências da reprodução social da vida de crescentes parcelas de trabalhadores empobrecidos explicitam-se em demandas por bens e serviços, pressionam, neste momento, o Estado por uma ação assistencial. Ação que emerge na sociedade brasileira como parte de um conjunto de estratégias de regulação dos processos econômicos e sociais, justificada pela necessidade de compatibilizar politicamente as questões relativas ao favorecimento da industrialização e da acumulação, ao controle social e à legitimação do sistema, com as necessidades dos que vivem do trabalho. Assim, pela criação e desenvolvimento de instituições assistenciais estatais particularmente na década de 1940, o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas.

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o

patrocínio do bloco católico. A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais.

Dessa forma, gradativamente, o Estado vai impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social. Esta vinculação com as Políticas Sociais vai interferir também no perfil da população-alvo para a qual se volta à ação do Serviço Social, que se amplia e alcança grandes parcelas de trabalhadores, principal foco das ações assistenciais do Estado. É importante lembrar que a ação normativa e social do Estado brasileiro que, nesse momento, apresenta fortes características paternalistas e repressivas, reforçadoras da ideia de um Estado humanitário e benemerente, tenderá e se expressar, nas décadas seguintes, através de Políticas Sociais inoperantes, que, reproduzindo a luta política mais geral da sociedade com suas contradições e ambiguidades, se caracterizará por sua pouca efetividade social e por sua crescente subordinação a interesses econômicos.

Outra característica histórica das Políticas Sociais brasileiras e que interferirá no desempenho profissional dos assistentes sociais é sua fragmentação, pois essas políticas são concebidas setorialmente como se o social fosse a simples somatória de setores da vida, sem articulação, numa apreensão parcializada da realidade social. Consequentemente, as ações profissionais acabam por se fragmentar, assumindo um caráter pontual e localizado.

O que desejamos evidenciar é que o papel regulador do Estado na esfera social, e, em seu âmbito, das ações da profissão de Serviço Social, se estabelece e se modifica em face da correlação de forças sociais em diferentes conjunturas históricas. No entanto, as políticas governamentais no campo social em nosso país, embora, historicamente, expressem o caráter contraditório das lutas sociais,

acabam por reiterar o perfil da desigualdade social da sociedade brasileira, mantendo essa área de ação incapaz de modificar esse perfil. Porém, e apesar dessas características, vemos crescer a dependência de parcelas cada vez maiores da população dos serviços sociais públicos para o atendimento de suas necessidades, particularmente no que se refere às condições de vida no espaço urbano.

É, pois, na trama de relações sociais concretas, na história social da organização da própria sociedade brasileira, que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento. Como mediação, neste processo, o Serviço Social vai se inserir, obtendo legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores, no âmbito das políticas socioassistenciais, desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente e que, como assinalamos anteriormente, ultrapassam sua vontade e intencionalidade. Esta inserção, que inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da "questão social", vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho pela Portaria n. 35 de 19 de abril de 1949.

Assim sendo, embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social não tem se configurado como profissional autônomo no exercício de suas atividades, não dispondo do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de seu trabalho. No entanto, isso não significa que a profissão não disponha de relativa autonomia e de algumas características que estão presentes nas profissões liberais como a singularidade que pode estabelecer na relação com seus usuários, a presença de um Código de Ética, orientando suas ações, o caráter não rotineiro de seu trabalho, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos e, finalmente, a Regulamentação legal da profissão

(Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993 – que dispõe sobre o exercício profissional, suas competências, atribuições privativas e fóruns que objetivam disciplinar e defender o exercício da profissão – o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social -CRESS). É necessário também lembrar que o serviço social ainda mantém traços de profissão em cuja origem estão presentes elementos vocacionais como: a valorização de qualidades pessoais e morais, o apelo ético, religioso ou político e o discurso altruísta e desinteressado. Nestas profissões, o primado do ser sobre o próprio saber é essencial [2].

Esses enquadramentos da intervenção muitas vezes obscurecem para o assistente social o fato de que sua atividade profissional se insere numa relação de compra e venda de sua força de trabalho, que se torna mercantilizada (mediante assalariamento), estabelecendo-se aí um divisor entre o trabalho profissional e atividade assistencial voluntária. Nesse sentido, o campo de trabalho do assistente social no mercado de trabalho se estabelece por meio de relações contratuais que vão definir as condições concretas do exercício profissional. O Serviço Social assume, neste contexto, um lugar no quadro das profissões justificado e legitimado particularmente pelo crescimento das instituições públicas geridas ou subsidiadas pelo Estado, que, conforme pesquisas recentes, até os dias de hoje, mantém a posição de maior empregador dos assistentes sociais no país.

Cabe ainda assinalar que essas condições históricas concretas que possibilitam o exercício profissional do assistente social no Brasil, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, é que vão demarcar as possibilidades do projeto profissional, apontando seus limites e suas especificidades no interior do processo de reprodução social da vida dos segmentos mais empobrecidos da sociedade.

Neste processo é que vão se constituindo as particularidades da profissão, decorrentes seja das respostas formuladas pelos profissionais às demandas, dos grupos e classes sociais, que configuram o mercado de trabalho do assistente

[2] A propósito desses elementos, ver Jane Verdes Leroux. *Trabalhador Social*. Prática, Hábitos, Ethos, Formas de Intervenção. Tradução René de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.

social, seja das formas de organização socioprofissional da categoria, ou das formulações teórico-metodológicas construídas sobre e a partir do Serviço Social. Ou seja, no decurso de sua trajetória, o Serviço Social profissional vai construindo referências que expressam sua identidade profissional, derivada do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional.

Do ponto de vista da demanda, o que se observa é que, na sociedade brasileira, o Serviço Social como profissão vem desenvolvendo sua intervenção junto aos segmentos mais empobrecidos e subalternizados da sociedade, interferindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vivem seus usuários, em geral e, sobretudo, os segmentos mais desfavorecidos da sociedade.

Questão para reflexão

A institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão, no Brasil, têm como fundamento processos de reprodução social da vida, e nestes, particularmente, as diversas manifestações da questão social, como a pobreza, a subalternidade e a exclusão social.

A profissão resulta de circunstâncias históricas definidas e se consolida na medida em que se constituem no país as Políticas Sociais e seus (precários e insuficientes) padrões de Proteção Social.

3 As demandas e particularidades do trabalho profissional na sociedade brasileira

Como vimos, no processo de divisão social do trabalho, o Serviço Social como profissão insere-se, desde sua emergência, no interior dos equipamentos socioassistenciais existentes, desenvolvendo uma atuação caracterizada: 1º - pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas

sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito, desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e gestão de serviços e políticas sociais; 2º - por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência.

Esta atuação da profissão na divisão social do trabalho se modifica e sofre redefinições com as mudanças dos contornos da questão social, mas se trata de uma atuação sempre referida aos processos de criação de condições fundamentais para a reprodução social da vida dessas classes.

No conjunto desta ação profissional institucionalizada, o assistente social é reconhecido como o profissional da ajuda, do auxílio, da assistência, da gestão de serviços sociais, desenvolvendo uma ação pedagógica, distribuindo recursos materiais, atestando carências, realizando triagens, conferindo méritos, orientando e esclarecendo a população quanto a seus direitos, aos serviços, aos benefícios disponíveis, administrando recursos institucionais, numa mediação da relação: Estado, instituição, classes subalternas.

É o desvelamento dessa mediação que vai permitir compreender as políticas socioassistenciais como espaços contraditórios, onde se ocorrem muitas vezes o controle e o enquadramento dos subalternos, também ocorre a luta por direitos de cidadania e ainda o acesso real a serviços e recursos que essa população não consegue alcançar de outro modo. Dessa forma, o Serviço Social participa tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma ação socioeducativa tensionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta. É importante assinalar que, nos anos mais recentes, o Serviço Social brasileiro enfrenta novas demandas, atribuições e competências, ampliando seu protagonismo na construção de direitos sociais.

Não podemos esquecer que, no cotidiano de sua prática, os assistentes sociais mantêm uma dupla vinculação: com as instâncias mandatárias institucionais, que o contratam para realizar um trabalho, mediante assalariamento; e com a população usuária a quem o profissional presta serviços.

Em síntese, na divisão social e técnica do trabalho coletivo, o assistente social vem sendo demandado como gestor e executor, de Políticas Sociais, no âmbito de organizações públicas e privadas, operando sob diversas perspectivas: da gestão social à prestação de serviços e à ação socioeducativa (e político-ideológica).

É pela prestação de serviços socioassistenciais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua população usuária. Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão socioeducativa que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o "cliente" em sua inserção institucional e na vida social como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade.

É inegável que o campo próprio de trabalho do Serviço Social encontra na administração e execução de Políticas Sociais e particularmente nas ações de Assistência Social uma mediação fundamental. Assumir a vinculação histórica da profissão com a Assistência Social é condição para que os assistentes sociais superem a ideologia do assistencialismo e avancem nas lutas pelos direitos e pela cidadania.

A análise das particularidades do trabalho do Serviço Social desenvolvido junto às classes subalternas situa necessariamente este trabalho numa dimensão eminentemente política, colocando em questão o significado e a direção social desta ação profissional. O que se pretende assinalar é que este significado e a direção social do trabalho profissional se explicam a partir e no conjunto das relações e dos projetos colocados em confronto na trama social.

Questão para reflexão

A apreensão das particularidades do exercício profissional, entre as quais se destaca a Assistência Social, implica inscrevê-las, de um lado, no contexto histórico em que a profissão se enquadra, se altera e se move a partir de sua inserção nas relações sociais mais amplas e, de outro, no âmbito da construção do projeto profissional do Serviço Social, elaborado coletivamente por seus profissionais, por intermédio de suas entidades a partir de sua inserção na realidade e de suas respostas aos desafios cotidianos colocados pelo exercício profissional.

4 Considerações Finais: a profissão como especialização do trabalho coletivo na atualidade

Afirmamos ao longo desta reflexão o caráter histórico e mutável da ação profissional, do assistente social, na trama das relações sociais vigentes na sociedade. Ou seja, a intervenção desse profissional enfrenta a necessidade de renovação e mudança, como resultado das transformações que ocorrem nas relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, à medida que novas situações colocam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se, redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho. Isso sem deixar de lado algumas características historicamente persistentes de sua intervenção. Coexistem no Serviço Social brasileiro, na atualidade, práticas renovadas ao lado de "velhas" práticas. Sempre no mesmo espaço: a reprodução social da vida das classes subalternas na sociedade.

No início do novo milênio, ao inserir o Serviço Social no âmbito das mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade, buscando situá-lo como trabalho especializado, dentro da divisão social e técnica do trabalho coletivo, sobretudo nos processos de trabalho que tem por alvo a produção e reprodução social da vida das classes subalternizadas em nossa sociedade, a preocupação é afirmar a profissão e as particularidades de sua intervenção em face

dos novos contornos da "questão social" e dos novos padrões de regulação com que se defrontam as políticas sociais na contemporaneidade.

Na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de mudanças nas bases da ação social do Estado, as manifestações "questão social", matéria-prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, assumem novas configurações e expressões, entre as quais destacamos a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente: são questões de saúde pública, de violência, da droga, do trabalho da criança e do adolescente, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância, da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc. Situações que representam para as pessoas que as vivem, experiências de desqualificação e de exclusão social, e que expressam também o quanto a sociedade pode "tolerar" e banalizar a pobreza sem fazer nada para minimizá-la ou erradicá-la.

Diante deste quadro, ganham evidência as defesas de alternativas privatistas para a "questão social", crescem as ações no campo da filantropia e as organizações não governamentais, sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, envolvidas na construção de uma esfera de interesse público, não estatal. Emergem como alternativas em face da limitação da ação social do Estado neoliberal e pelo papel subsidiário que cabe ao Estado neste contexto, no âmbito da Proteção Social, propostas seletivas, reducionistas, apenas suficientes para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural.

O “modelo” é um Estado:

- que, de um lado, apesar do reconhecimento de direitos sociais afiançados pela Constituição de 1988, redesenha suas ações sociais aprisionado pela agenda

neoliberal. Uma rápida análise de nossas políticas sociais revela-as distantes da universalidade e com uma direção compensatória e seletiva centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado.

- de outro lado, apela para a solidariedade social e se põe como parceiro da sociedade em suas responsabilidades sociais, redesenhando as ações sociais e as políticas sociais em geral. Este processo tem como expressão maior o crescimento do Terceiro Setor (não governamental, não lucrativo, com ênfase na participação voluntária) e interfere diretamente no caráter público e construtor de direitos das políticas sociais. Ou seja, ainda nos defrontamos com o legado da subordinação do social ao econômico. O social constrangido pelo econômico. O social refilantropizado, despolitizado e despublicizado.

Embora a presença do setor privado na provisão de serviços sociais não se constitua novidade na trajetória do trabalho profissional, é inegável que lidamos hoje com novas alternativas nesse campo, sobretudo com o crescimento de ONGs e de modernas fundações empresariais, que vêm movimentando um corpo considerável de voluntários e muitos recursos na prestação de serviços sociais. (YAZBEK, 1995, p. 17).

Outro aspecto a ser ressaltado, tanto na esfera pública estatal como no setor privado, é a partilha de demandas que a profissão enfrenta, com as perspectivas desregulamentadoras dos mercados de trabalho e as crescentes tendências ao trabalho interdisciplinar, que permeiam as relações de trabalho na contemporaneidade.

Conforme apontamos anteriormente, o trabalho do assistente social está profundamente condicionado pela trama de relações vigentes na sociedade e, sem dúvida, o atual cenário do desenvolvimento capitalista coloca para o Serviço Social contemporâneo novas demandas e competências, quer no nível de conhecimentos,

quer no plano concreto da intervenção e negociação política no âmbito das Políticas Sociais.

Para finalizar, gostaria de afirmar que o Serviço Social brasileiro que se defronta com essas complexas transformações societárias não está desprovido de qualificações, tratando-se de uma profissão que alcançou a maturidade e que vem se constituindo em interlocução privilegiada em seus diversos espaços de ação.

Glossário de termos e expressões utilizadas no texto

Aparelhos estatais: instituições estatais.

Assistencialismo: ação assistencial que não se funda no reconhecimento do direito social de seus usuários, mas no paternalismo e no clientelismo.

Despublicizado: fora do espaço público, localizado na iniciativa privada.

Enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social: enfoque que define a questão social como de responsabilidade dos indivíduos que a vivem, quer por seus problemas psicológicos, quer por suas condutas morais inadequadas.

Institucionalização e legitimação (do S. Social): Processo pelo qual o Serviço Social se institui e se estabelece como profissão, adquirindo o reconhecimento social de suas atribuições e competências na divisão social do trabalho.

Tradição marxista: conjunto de elaborações teóricas formuladas pelas diversas correntes do marxismo, a partir da Teoria Social de Marx.

Pedagogia psicossocial: abordagem socioeducativa voltada tanto para questões do meio social como para aspectos psicológicos dos indivíduos.

O papel regulador do Estado: interferência do Estado nas relações sociais, seja para favorecer a acumulação capitalista, seja para prestar serviços sociais necessários ao atendimento de necessidades sociais dos trabalhadores.

Terceiro Setor: conjunto de organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que abrange um conjunto extremamente diversificado: desde as tradicionais entidades filantrópicas, assistenciais (religiosas ou laicas) até as modernas fundações empresariais, passando por ONGs voltadas à defesa de direitos sociais e à melhoria das condições de vida da população.

Proteção Social: conjunto de ações coletivas voltadas para proteger os indivíduos e a sociedade dos riscos inerentes à condição humana ou atender necessidades geradas em diferentes momentos históricos relativas a múltiplas situações de dependência. Associada às necessidades de segurança em situações de risco e vulnerabilidade social.

Sistemas de Proteção Social: resultam da ação pública direcionada a proteger a sociedade e os indivíduos de situações de dependência e insegurança social como: a doença, a maternidade, a invalidez, a velhice, o desemprego, a carência de alimentos e a exclusão (por renda, raça, etnia, gênero, cultura etc.).

Refilantropização: retomada e valorização de ações de filantropia no campo da proteção social.

Bibliografia Recomendada

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social brasileira nos anos 90: a refilantropização da "Questão Social". *Cadernos* ABONG, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, n. 3, out. 1995.